



II SIMPÓSIO PROCESSOS CIVILIZADORES NA PANAMAZÔNIA

Figuração, interculturalidade e
relação de poder

9 a 11 de junho de 2021
Manaus-AM-Brasil

ISBN: 978-65-89908-54-8

ALGUNS ELEMENTOS FIGURACIONAIS DA SOCIEDADE ESCRAVISTA NO CABO NORTE (XVIII - XIX)

II Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia, 2ª edição, de 09/06/2021 a 11/06/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-54-8

OLIVEIRA; Kássia Cristina Neves de ¹, SILVA; David Junior Souza ²

RESUMO

GT7. PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E PROCESSOS CIVILIZADORES NA PAN-AMAZÔNIA

Coordenador: Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos

Resumo: Este trabalho trata especificamente das condições da colonização sobre a escravidão, onde busca-se analisar sobre quais condições o tráfico de escravos e a exploração da sua força de trabalho aconteceu no estado do Amapá, na tentativa de compreender suas finalidades e as atividades econômicas nas quais eram direcionadas nas diversas regiões do estado no período colonial. Os objetivos empreendidos neste trabalho buscam identificar os fatores sociológicos presentes nas atividades de mão de obra e seus usos econômicos da força de trabalho africana escravizada, bem como analisar as razões geopolíticas, regionais e nacionais para interesse efetivo nestas práticas. A problemática da pesquisa aqui proposta é entender a distribuição espacial da força de trabalho escravo no Amapá, no período colonial e imperial, durante o século XVIII e XIX. A metodologia utilizada foi análise documental a partir da paleografia. As fontes utilizadas foram documentos disponibilizados pelo Projeto Resgate (Arquivo Histórico Ultramarino AHU). A pesquisa tem como marcos teóricos interpretativos a sociologia do espaço de Pierre Bourdieu e a sociologia histórica de Norbert Elias, combinadas para a compreensão da formação e espacialização das comunidades negras rurais no Amapá.

Abstract: This work deals specifically with the conditions of colonization on slavery, where it seeks to analyze under which conditions the slave trade and the exploitation of their labor force took place in the state of Amapá, in an attempt to understand their purposes and the economic activities in which they were directed in the various regions of the state in the colonial period. The objectives undertaken in this work seek to identify the sociological factors present in the labor activities and their economic uses of the enslaved African labor force, as well as to analyze the geopolitical, regional, and national reasons for effective interest in these practices. The problematic of the research proposed here is to understand the spatial distribution of the slave labor force in Amapá, in the colonial and imperial period, during the 18th and 19th century. The methodology used was documentary analysis based on paleography. The sources used were documents made available by Projeto Resgate (Arquivo Histórico Ultramarino AHU). The research has as interpretative theoretical frameworks the sociology of space of Pierre Bourdieu and the historical

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoiveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

sociology of Norbert Elias, combined for the understanding of the formation and spatialization of rural black communities in Amapá.

Keywords: Amazon, Northern Cape, Slavery, Spatialization, Figuration

Introdução

As contemporâneas comunidades quilombolas no Amapá estão localizadas em três regiões distintas: uma no município de Mazagão, outra no município de Macapá, e outra ao norte, abrangendo os municípios de Calçoene e Oiapoque.

A formação e a disposição espacial contemporânea das comunidades demandam uma explicação de sua história, relacionada com as condições específicas da colonização, a escravidão, o tráfico de escravos e a exploração de trabalho escravo na região.

O plano de trabalho aqui tratado, sobre a exploração da força de trabalho dos africanos, objetiva analisar as forças sociológicas em regentes da sua distribuição espacial no estado do Amapá.

Esta pesquisa inquire sobre as razões sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais desta espacialização. Considerando a importância social, política e cultural das comunidades quilombolas para o estado do Amapá, bem como sua expressividade populacional, o conhecimento científico de sua formação é fundamental para o ensino/aprendizagem sobre a história e formação sociocultural do estado, bem como para embasar as pesquisas sobre a realidade contemporânea do estado.

O objetivo geral deste trabalho segue-se diante a identificação e análise dos usos das forças de trabalho escravo no estado, em plantations, atividades extrativistas e obras de infraestrutura, outrossim compreender esta espacialização dos africanos no estado, capturados como escravos e conduzidos pelos interesses e atividades econômicas dos colonizadores, é variável imprescindível para compreender a formação espacial e socioespacial dos atuais quilombos no estado. Dentre os objetivos específicos, identificar os fatores e vetores sociológicos presentes nos usos econômicos da força de trabalho africana escravizada no estado. Identificar as atividades econômicas em prática no Amapá durante o período. As razões geopolíticas, regionais e nacionais para interesse efetivo nestas práticas. Quando houver períodos de pouca atividade econômica, identificar as razões macro e micro para dispersão do interesse sobre o estado. E, por conseguinte, identificar as mobilidades da mão de obra escrava no estado, compras e revendas de escravizados. Outrossim, identificar atividades de trabalho, possíveis protestos, rebeliões e fugas.

A metodologia utilizada foi análise documental. As fontes utilizadas foram documentos disponibilizados pelo Projeto Resgate (Arquivo Histórico Ultramarino AHU) que são documentos do período colonial de toda a América Portuguesa, bem como outros documentos que venham a ser descobertos no trabalho de investigação.

A pesquisa tem como marcos teóricos interpretativos a sociologia do espaço de Pierre Bourdieu e a sociologia histórica de Norbert Elias, combinadas para a compreensão da formação e espacialização das comunidades negras rurais no Amapá.

Se tratando de uma pesquisa sobre a exploração da força de trabalho dos africanos no estado do Amapá durante o período colonial, este trabalho inquire analisar os regentes sociológicos da formação espacial na região considerando suas razões sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais. Procura-se compreender a demanda desses sujeitos escravizados através do comércio escravo – tendo em vista que os colonos já escravizavam os povos indígenas da região naquele período.

Quais os motivos da demanda pelo comércio escravo? Quais as atividades econômicas empregadas na região, e qual a razão delas? Quais as atividades de trabalho dos escravizados? Como funcionavam essas atividades e como eram as mobilidades de mão de obra escrava? Como funcionava a compra e revenda de escravos durante o período? Havia protestos, rebeliões e fugas dos escravizados? São questionamentos consideráveis tendo em vista que o processo de colonização na região foi constituído por etapas predatórias seguidas de dificuldades, levando em conta algumas recorrentes demandas.

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoiveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

Nesse sentido, como marcos teóricos interpretativos utilizados na produção deste trabalho, a Sociologia do Espaço e Sociologia Histórica foram importantes referenciais para a compreensão do problema da pesquisa, tendo em vista que a Sociologia do Espaço aborda conceitos que se aplicam no período analisado apoiando-se na ideia de região, e a Sociologia Histórica contribui com o conceito de figuração, onde é possível identificar quais figurações presentes no período, através do conceito de classificação – quando é imposto um sentido para uma determinada realidade através de um poder que se mostra de várias formas, seja ele econômico, social etc. E se tratando da colonização na Amazônia, logo, na região do Amapá, foi possível empregar essas duas sociologias como método de análise interpretativa.

A Sociologia do Espaço de Pierre Bourdieu

Em “O Poder Simbólico” Pierre Bourdieu (1989) propõe uma avaliação sobre a ideia de região, tratando-se sobre os conceitos de lutas por classificação regional onde se estabelecem os princípios de definição do mundo social tendo em vista um processo marcado pelo poder, conflitos, representação e lutas regionais. A relação da ideia de região com a problemática aqui proposta contribui para a explicação da formação dos mocambos e quilombos na região do Amapá, e através desses conceitos é possível compreender como o poder colonizador se demonstrava de várias formas, como, por exemplo, economicamente.

É possível entender como ocorreu as mobilizações entre os escravos africanos para formularem rotas de fuga, através de uma “força mobilizadora”, pela qual eles se constituem como “nós” em oposição a “eles”, o que toca excepcionalmente à noção de identidade (BOURDIEU, 1989). E no que concerne a organização dos mocambos o conceito de representação - tendo em vista que as representações possuem uma origem histórica e primordialmente coletiva.

Na região colonial de Macapá e adjacências, fugitivos - negros, índios e soldados desertores - foram protagonistas de uma original aventura para conquistar a liberdade. Com suas próprias ações reinventaram significados e construíram visões sobre escravidão e liberdade. (GOMES, Flávio dos Santos, 1999, pg. 225).

O conceito de região é resultado de uma construção simbólica, como produto de uma disputa entre as diferentes áreas do saber, pelo poder de estabelecer os limites e os sentidos de uma região.

Partindo desse pressuposto, o autor destaca que a classificação de um determinado local não é resultado de uma decisão exclusivamente científica, assimilada a algo objetivo, pois, se a geografia, sociologia, história, etnologia, economia, linguagem etc, são saberes que são produzidos em uma sociedade que estabelece relações de poder, logo, todo conflito existente entre os diferentes saberes pelo direito da classificação também é uma pelo poder.

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ...são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social... (BOURDIEU, 1989, p. 113)

Bourdieu (1989) ainda destaca que, por meio da linguagem, a classe dominante fixa, inviabiliza e reforça seu controle sobre os dominados, onde destaca que um dos elementos fortes do seu trabalho é mostrar que os intelectuais não trabalhavam de forma imparcial, mas sim dentro de princípios estabelecidos pelos grupos dominantes na sociedade. É o caso da colonização na Amazônia durante o período colonial, onde ocorriam as conversões dos nativos através das missões religiosas no século XVII na região do Maranhão e Grão-Pará. Outro fator da colonização importante para o domínio português foi a padronização do uso obrigatório da língua portuguesa (LINS, 2012, p. 139). Seguindo esta perspectiva, Bourdieu aponta que a dominação econômica

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoliveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

toma efeito nítido em razão da dominação simbólica onde as regiões tomam uma forma regionalista em decorrência da luta contra a dominação e a reivindicação econômica.

A problemática da pesquisa aqui proposta é sobre a distribuição espacial da força de trabalho escravo no Amapá, tendo em vista a formação de mocambos e quilombos pelos africanos na região como forma de resistência e fuga do trabalho escravo imposto pelos colonos portugueses.

O conceito de região de Bourdieu, relacionado à exploração da força de trabalho escravo dos africanos no Estado do Amapá, nos remete a um contexto histórico cheio de conflitos sociais por demarcação de território por parte dos portugueses - como forma de se prevenir contra invasões de estrangeiros - quanto da luta dos povos originários da região pelo sentido de uma identidade regional que dão "sentido" à realidade do grupo.

... o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 113)

A ocupação da região pelos colonos levou a comunidade negra escravizada a uma situação de confrontos e conflitos pelo espaço e como forma de resistência à escravização. A partir das reações à escravidão, ocorreu a fuga dos escravos para os mocambos que se tornou a forma mais expressiva de contrariar a sociedade escravista.

"Fugitivos criariam rotas de fugas. Não seria só isto. Fugas e formação de mocambos naquelas regiões de fronteiras ganhariam outros significados." (GOMES, 1999, pg. 225).

Bourdieu (1989) acrescenta que o poder sobre um determinado grupo que se trata de trazer existência enquanto grupo, é uma forma de impor princípios de visão e de divisão comuns, sendo assim, tornando-se uma visão única de unidade e identidade. Neste sentido, é possível perceber a imposição de classificação através do poder dos colonos naquele período, pela qual era uma forma de impor essa "visão única de unidade e identidade" sob os nativos e trabalhadores africanos escravizados na Amazônia escravista.

Os mais de dois séculos de dominação colonial no Estado do Grão-Pará revelam a montagem de um modelo de povoamento e de ocupação econômica onde diferentes formas de trabalho, socialmente organizadas, combinaram-se com essa natureza específica permitindo a realização de interesses mercantilistas. As conquistas territoriais e as formas de apropriação da natureza empreendidas pelos agentes coloniais encontraram, inicialmente, obstáculos, dentre os quais, o mais importante foi o enquadramento da força de trabalho indígena. (GOMES, 1999, p. 33).

Neste sentido, houveram processos de despovoamento, desculturação e destribalização dos indígenas, avançando até que se consumassem os padrões de organização e de redistribuição espacial europeus, que foram observados pelos aldeamentos missionários.

Sociologia e História

O campo da Sociologia tem como preceito o fornecimento de conceitos e metodologia em questão de pesquisa, e a História permite a possibilidade de elaboração de contextos. Esta pesquisa tem como objetivo enfatizar o uso da Sociologia e História como abordagem necessária para se ter percepção de tempo e espaço.

A problemática de pesquisa que estamos discutindo, da distribuição espacial da exploração da

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoliveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

força de trabalho escravo no Amapá, coloca-nos, por ser um processo que configura tempo (período colonial) e espaço (formação espacial e socioespacial), a necessidade de uma abordagem metodológica, no que tange à interpretação sociológica e histórica, para a compreensão do processo de formação desses povos no período.

Inicialmente é imprescindível entender que tanto a história quanto a sociologia trabalham com a particularidade do objeto de estudo - individual. A aproximação entre a história e sociologia teria como objetivo compreender os fatos sociais, permitiria que se pudesse compreender a experiência humana. A história forneceria à sociologia a possibilidade de elaborar contextos, e a sociologia forneceria novos conceitos e metodologia à história, como já supracitado.

De allí que resulte útil admitir que las deficiencias constitutivas de las ciencias sociales en general, y de la historia y de la sociología en particular, tienen mucho que ver con las formas de apreciación y percepción del tiempo y del espacio. (JOYA CARRY, 2017, p. 3)

Alfaro Velázquez (2009) ao apresentar *La relación entre Sociología e Historia: la sociología histórica como alternativa, en Contribuciones a las Ciencias Sociales* (2009), comenta sobre a divergência das duas disciplinas no que se trata de explicar todos os processos de industrialização. A Sociologia é tida como ciência que é liberta da história, e a História como "objeto de estudio la naturaleza de las sociedades humanas y su desarrollo a través del tiempo." (ALFARO VELÁZQUES, 2009, p. 2)

Tanto a História quanto a Sociologia trabalham com a particularidade do objeto. Gurvitch (2000) comenta em *Los Fundadores de La Sociología Contemporánea* que a sociologia é um exercício acadêmico que se erguia sobre os motivos do passado coletado pelos historiadores, sugerindo assim que a sociologia deveria ser a continuação do trabalho empreendido por estes.

No contexto do período colonial - sobre o trabalho escravo no Amapá - a História e a Sociologia permitiriam que se pudesse compreender os fatos sociais do período. A História forneceria à Sociologia a possibilidade de constatar o período da mão de obra escrava, e a Sociologia forneceria à História metodologia para se compreender o processo de escravização dos povos africanos, também como conceitos para explicar a realidade social deste período.

Hacia mediados del siglo XIX, en las etapas embrionarias de la sociología, Herbert Spencer concibió esta disciplina como un ejercicio académico que se erguía sobre los pivotes del pasado recabado por los historiadores. Sugiriendo con ello que la sociología debería ser un continuo del trabajo emprendido por estos, pero que superaba sus intereses y alcances, trascendiendo la descripción focalizada de una nación o de un pueblo dentro de un área geográfica específica, pasando a convertirse en una disciplina que, de la mano del método comparado, lograría una precisión y comprensión mayores de cómo se configuraron tales estructuras sociales, llegando incluso a la confección de generalizaciones o teorías lo suficientemente abarcadoras para dar cuenta del desarrollo humano. (Gurvitch, 2000).

Herbert Spencer compreende a importância da interdisciplinaridade entre a Sociologia e a História, onde a Sociologia seria utilizada como método comparativo, assim, alcançando um melhor entendimento de como as estruturas sociais são configuradas. Para um melhor discernimento, Norbert Elias contribui com o conceito de figuração social para entender os papéis sociais dos indivíduos na sociedade e a relação entre eles. Como explicar as relações de interdependência na sociedade escravista no período colonial na Amazônia? Como entender as tensões, dependências recíprocas?

A contribuição de Norbert Elias para a Sociologia Histórica

A problemática de pesquisa aqui proposta, da formação espacial da força de trabalho escravo no Estado do Amapá, trata-se de um processo de compreensão em relação aos aspectos das

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoliveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

mudanças sociais abarcados por um processo de longo prazo, visando a necessidade de compreender o desenvolvimento social e histórico abrangendo no quadro da interpretação sociológica elementos empíricos e metodológicos.

Elias (2001), ao apresentar *A Sociedade de Corte* (1969), expôs que “os desenvolvimentos sociais costumam ocorrer tão lentamente, ao longo de extensos

períodos, que parecem permanecer parados. É possível que as figurações sociais formadas pelos homens alterem-se tão pouco, durante uma seqüência de gerações, que sejam encaradas por quem toma parte nelas como inalteráveis, como formas de sociedade que permanecem sempre iguais.” (ELIAS, 2001, p. 38)

Este trabalho, tem como objetivo o foco na análise do problema da pesquisa abarcando seu processo de longo prazo e aplicando a metodologia de Norbert Elias onde ele faz uma “relação entre os aspectos das mudanças sociais que se repetem e os que não se repetem.” (ELIAS, 2001, p. 38).

Para Elias (2001), as mudanças da organização social que ocorreram em vários âmbitos da humanidade, durante os últimos dez mil anos, são numerosas apresentando como exemplo o desenvolvimento estrutural de muitas sociedades. “No que diz respeito à cronologia individual, ao ritmo de crescimento dos indivíduos desde a infância até se tornarem homens e mulheres velhos,

as mudanças sociais de longa duração continuam a se realizar muito lentamente. É por esse motivo que, pelo quadro de referência da vida humana e do ritmo de modificação dos homens singulares, com freqüência elas não são percebidas como tais, como mudanças estruturais das figurações sociais, mas sim como figurações estagnadas, ou seja, como “sistemas sociais.” (ELIAS, 2001, p. 39).

Para o caso da problemática da pesquisa apresentada, a que procura conhecer e compreender sociologicamente a formação espacial da força de trabalho escravo no Estado do Amapá, a consideração de processos das mudanças estruturais das figurações sociais no período é necessária, tendo em vista o processo colonizador, a demanda de escravos africanos como força de trabalho para a “substituição” dos escravos indígenas a formação de mocambos e quilombos, modelos de povoamento e de ocupação econômica, etc. Quais seriam esses processos identificados no período?

Trabalho escravo no período colonial

A problemática da pesquisa aqui proposta é entender a distribuição espacial da exploração da força de trabalho escravo no Amapá, no período colonial do século XVIII e XIX, e por ser uma constituição oriunda do tráfico negreiro com objetivo de mão de obra, coloca-nos a necessidade de uma abordagem metodológica que englobe uma interpretação sócio-histórica entendendo os processos sociais vividos no período.

Considerando o tráfico negreiro como atendendo à necessidade de força de trabalho para o projeto colonizador, se pode tomar como exemplo a alta demanda da mão de obra escrava para com a produção do café no sudeste do Brasil. Foi preciso uma amplificação por conta da alta procura externa e por ser uma produção que necessitava de um processo lento.

Para se compreender o sucesso dessa produção e exportação, Ricardo Salles (2018) coloca que “os plantéis de escravos eram o principal ativo de grandes fazendeiros” (SALLES, p. 126), tendo em vista que a grande produção só se movimentava e obtinha lucros por causa do trabalhador escravizado - “principal fator que impulsionou a expansão do café...” (SALLES, p. 129).

A jornada de trabalho extensiva, cerca de 15 (quinze) horas por dia, explica a alta produção e

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaooliveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

como os fazendeiros lucravam em cima do trabalho árduo dos escravos que viviam sob ameaças de violência como principal marca de sua rotina.

De fato, a economia do café só se viu conturbada e em declínio com a lei abolicionista de 1888, resistindo às “ameaças abolicionistas” até em última instância.

No caso da Amazônia colonial, nas últimas décadas do século XVIII os desdobramentos de uma estrutura econômica começam a se desenvolver. Por um lado, o empreendimento complexo estruturado pelos missionários (de forma autárquica), onde a agricultura e o extrativismo se articulam de forma racional e desenvolvendo uma eficiência adequada ao mercado colonial. Por outro lado, aumentam as unidades estruturadas independentemente pelos colonos com o apoio da administração via concessão de terras e créditos (GOMES, 1999).

Durante o segundo período colonial (1751-1820), no Amapá a agricultura inicia um ciclo de maior interesse e investimento. As cidades de Macapá e Mazagão, pelas suas localizações estratégicas, eram muito utilizadas para suprir de alimentos a capital de Belém (LINS, 2012, p.140). No ano de 1759, a região dessas duas cidades já produzia quantidades significativas de alimentos, que por sua vez, abasteciam a Cidade de Belém.

3.850 alqueires de arroz (01 alqueire = 13,8 litros, perfazendo 53.130 litros); 5 mil mãos de milho (01 mão = 25 espigas, totalizando 125 mil espigas); 180 arrobas de algodão (01 arroba = 15kg, um total de 2.700kg); 1.430 cachos de banana; 3.450 jerimuns (abóboras); 62 arrobas de tabaco (975kg); 75 alqueires de farinha (1.035 litros); 50 mil melancias e 1.620 frangos.[1]

Por volta de 1776, Macapá já havia se tornado o principal polo de produção de arroz, devido a vantagem das suas áreas de várzea, através da fertilização das águas do Rio Amazonas nos seus solos.

Como analisaremos, o trabalhador escravizado negro sempre foi usado como mão de obra em atividades de força de trabalho braçal, sendo explorado atendendo as mais diversas funções do colonizador português. É preciso lembrar que desde a sua chegada à região até o momento da “abolição” da escravidão, foi destinado aos trabalhadores escravos africanos a produção primária ou tarefas rudimentares (LINS, 2012, p.159). É preciso esclarecer que para os colonos portugueses as atividades braçais eram consideradas uma “desonra”, e que o termo “abolição da escravidão” não tem o menor sentido relacionado com a dita liberdade que o povo escravizado supostamente conquistaria.

Neste sentido, os africanos escravizados eram destinados a atividades semelhantes às que os indígenas ocupavam, eram usados na agricultura, pecuária, utilizados como máquinas rudimentares para o trabalho pesado na produção da cultura da cana-de-açúcar, por exemplo (LINS, 2012, p.159).

Na região do Marajó, o número de escravos africanos era reduzido devido à maior afinidade dos indígenas com o manejo do gado, principal atividade da região. Durante o inverno - época de enchente na Amazônia, grande parte deste manejo era feito nas áreas inundáveis exigindo um domínio significativo de algumas atividades como remar e se locomover em canoas ou montarias, atividades que o trabalhador negro escravizado geralmente não conseguia fazer com tanta desenvoltura como os nativos da região.

Tendo em vista as dificuldades dos africanos escravizados nestas atividades em áreas inundadas, Mendonça Furtado pretendia utilizar a mão de obra escrava africana na agricultura, principalmente nas áreas de plantações de cana-de-açúcar e de algodão. Foram reservados aos nativos indígenas a colheita das drogas do sertão, geralmente essa atividade se dava em áreas de várzea (LINS, 2012, p.162).

Trabalhadores livres e escravos

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoliveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

Após a abolição os trabalhadores escravizados não sabiam o que fazer após sua libertação, o que resultou também a formação de mocambos e quilombos na região do Amapá que já vinha sendo instituída durante as revoltas contra os colonizadores (LINS, 2012)

No restante do Brasil, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho (dito) livre reforçado pelos europeus como forma de transição ou substituição para essa mão de obra que era tida como atraso e incapaz - tendo em vista que os ex-escravos não tiveram nenhum tipo de reforço ou ajuda após a abolição.

A formação de mocambos e quilombos no Amapá, como forma de resistência e local de fuga dos escravos, foi constituída antes da abolição como forma de autonomia, tendo em vista a falta de apoio e proteção legal.

Através dessas fugas, os trabalhadores africanos escravizados conseguiam escapar para Caiena, na Guiana Francesa para escaparem das péssimas condições de vida que eram submetidos. Essas fugas eram consideradas crimes infames, e, se por acaso, o fugitivo fosse recapturado, seria castigado da pior forma possível.

Cord (2018) e Souza (2018) em Dicionário da Escravidão e da Liberdade (2018) relativizam a ideia de que houve uma transição natural do trabalho escravo para o trabalho "livre". Essa ideia sustenta o fato da formação socioespacial dos trabalhadores escravos no estado do Amapá.

Devemos relativizar, pois, a ideia de que existiu uma "transição" (ou "substituição") mecânica e natural do trabalho escravo para o trabalho (dito) livre. Tampouco ocorreu um processo histórico conduzido por algum tipo de "aperfeiçoamento" das relações de trabalho. (CORD; SOUZA, 2018, p. 431)

Essa conjuntura histórica só prova o descaso para com os ex-escravos recém abolidos, como coloca Cord (2018) e Souza (2018) onde esses "trabalhadores no Brasil oitocentista experimentarem peculiaridades jurídicas que marcavam suas rotinas, expectativas e trajetórias, poucas diferenças substanciais podem ser apontadas quando o assunto é a precariedade da situação desses trabalhadores." (CORD; SOUZA, 2018, p. 434).

Escravidão indígena e africana

É importante destacar que a pesquisa procura analisar dos usos da força de trabalho escravo no sentido de explicar a formação socioespacial durante o período colonial. Para reforçar esta problemática, é de suma importância explicar o que motivou a transição do trabalho escravo indígena para o trabalho escravo africano, tendo em vista a alta demanda do tráfico negreiro para com esse processo.

Schwartz (2018), discorre sobre o fato de que os sistemas escravistas no Brasil, juntamente às Américas fizeram tal transição, ressaltando que a mudança para a escravidão africana no Brasil "não pode ser explicada apenas por forças ou restrições locais e deve ser vista como parte de um processo mais geral de africanização da mão de obra nas Américas." (SCHWARTZ, 2018, p. 227)

Os indígenas que serviam como mão de obra para os colonizadores apresentavam resistência para com suas "funções" justamente por terem afinidade com a região.

A resistência dos indígenas na Amazônia Colonial contra a escravidão é um exemplo da demanda de trabalhadores africanos escravizados para a substituição dos nativos. Depois da criação da Capitania do Alto Amazonas em julho de 1757, Mendonça Furtado tinha a missão de demarcar a Amazônia, e, foi a partir disso que a resistência de várias aldeias indígenas se demonstrou fortes.

Mas a mão de obra indígena não supria as necessidades da colônia. Em 1775 Mendonça Furtado criou a *Companhia Geral de Comércio*, para institucionalizar e regular o tráfico de escravos da raça negra na Amazônia." (LINS, 2012, p.146).

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoiveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

A chegada dos africanos no Brasil, e na Amazônia, foi vista como maneira fácil de substituir os indígenas na força de trabalho e controlá-los visto que não conheciam a região onde agora iriam morar e servir aos colonos. O processo de substituição desses povos africanos se deu facilmente pelo episódio de epidemia que dizimou parte das populações indígenas.

Em Belém do Grão-Pará, entre os anos de 1748-1750, o “Sarampo Grande” deixou um número elevado de indígenas vitimados pela doença, fome, flagelação pública e procissões noturnas. Na memória da cidade do norte da América lusitana, a epidemia fomentou lamentações, martírios e orações “para que o Árbitro do mundo, movido aos empenhos da contrição, e da súplica, abrandado o rigor de sua justificada vingança, usasse das branduras da sua misericórdia infinita”. A doença atingiu prioritariamente a base do desenvolvimento, povoamento e exploração do Estado do Maranhão: o indígena. (VIEIRA JUNIOR, 2017, p. 343)

No dia 16 de maio de 1750, na cidade de Lisboa, os membros do Conselho Ultramarino estavam convencidos em apresentar uma solução às demandas criadas pela alta mortalidade dos nativos da região. Desde 1748 os moradores e o governador do Estado do Maranhão propunham como solução a autorização para formação de Tropas de Resgate e o financiamento da Coroa para a entrada de escravos africanos. Depois de dois anos e muitas vítimas da doença, os conselheiros encaminharam duas soluções a D. João V onde descartavam o envio das Tropas de Resgate e incentivaram o uso de escravos negros. Entretanto, a medida mais viável, diga-se de passagem, não sugerida nem pelos moradores e nem pelo governador do Maranhão, era o envio de “imigrantes” açorianos, da ilha dos Açores:

E como Vossa majestade permitiu se contratasse o transporte de quatro mil casais das Ilhas dos Açores para o Brasil pode ser servido permitir o contrate mais o transporte de mil casais das mesmas Ilhas e da Madeira que se transportem com a maior brevidade para as capitânicas do Maranhão e Pará.[2]

Apesar de que a transição do trabalho escravo indígena para o africano fosse mais rentável, do ponto de vista da mão de obra, a aquisição de escravos africanos era cara para se obter pelo fato de serem menos suscetíveis a doenças e menos propensos à fuga.

A transição da mão de obra foi, para os colonos, mais rentável pela parte da alta produtividade nos engenhos, justificando a alta demanda do tráfico negreiro para suprir as defasagens de rendimento dos indígenas.

Neste sentido, o trabalho braçal dos trabalhadores africanos escravizados foi direcionado majoritariamente para os homens, enquanto as mulheres e crianças trabalhavam nas casas dos seus senhores, em atividades menos “pesadas”, como o trabalho na cozinha, nos celeiros, cuidando dos filhos dos seus senhores.

Agora utilizando o conceito de figuração de Elias (2001) atrelado à essas mudanças estruturais de mão de obra nesse período (século XVII e XVIII), é possível perceber que essa transição é um perfeito exemplo do que Norbert Elias trata sobre o conceito: de que as figurações sociais formadas pelos homens pouco se alteram por uma sequência de gerações, que são encaradas como inalteráveis, que permanecem sempre iguais. Nesse sentido, o período de escravidão no Brasil durou cerca de 354 anos - não deixando de observar que o período de escravidão na Amazônia foi bem menor do que no restante do Brasil - o que se encaixa ainda mais nos processos à longo prazo que Elias trata, outrossim especificamente sobre a transição de escravos indígenas pelos escravos africanos que ocorreu durante todo o período colonial na Amazônia.

Os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, em especial o que foi citado anteriormente, deixam mais explícito como se deu essa transição de mão de obra no período colonial,

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoiveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

esclarecendo que a demanda de escravos africanos foi resultado de um objetivo: suprir as defasagens na mão de obra, sendo esses escravos extremamente explorados abusivamente e com mais facilidade, tendo em vista que não conheciam a região/espço no qual foram submetidos, sendo assim estando mais suscetíveis à colonização predatória.

Demografia da escravidão

A problemática da pesquisa aqui proposta é entender como que foi a distribuição territorial de escravos no Amapá a partir do comércio de pessoas conduzidas pelos interesses e atividades econômicas dos colonizadores.

Na região do Grão-Pará o povo negro escravizado não chegou a ter uma expressiva quantidade representativa, estando presente em áreas muito limitadas. Porém, não deixaram de influir cultural e etnicamente e, além disso, constituíram, durante todo o regime da escravidão do Grão-Pará, o principal suporte da economia agrária (SALLES, 1971).

Para compreender essa divisão, Klein (2018) faz uma abordagem sobre a ampliação da classe trabalhadora ser quase que exclusivamente escrava, tendo em vista que a mão de obra escrava era tida como principal força de trabalho e, assim, conseqüentemente o comércio de pessoas escravas era tido como um comércio mais rentável.

No entanto, não se deve esquecer que os escravos compunham quase exclusivamente a classe trabalhadora e sofreram com mais intensidade de lesões relacionadas ao trabalho, bem como de todas as doenças infecciosas e alimentares das quais padeciam os elementos mais pobres da população. (KLEIN, 2018, p. 203).

Conclusão

Mediante análise dos usos das forças de trabalho escravo no período colonial, esclarecendo a compreensão da espacialização dos africanos no estado do Amapá, foi possível elucidar alguns fatores e vetores sociológicos presentes no período através dos marcos teóricos de Pierre Bourdieu com a Sociologia do Espaço e Norbert Elias com sua contribuição para a Sociologia Histórica, sendo possível identificar um contexto de conflitos por território (lutas regionais) levando assim, a uma luta por representação, identidade, por fim, levando ao ato de resistência a criação das comunidades negras em diversas localidades do Estado.

Outrossim, através dos documentos analisados do Projeto Resgate - AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) - pelos quais se tratavam de requerimentos de senhores para concessão de escravos para trabalharem em seus engenhos, plantações, e sobre a substituição de escravos nativos (indígenas) por escravos africanos. A partir destas informações extraídas dos documentos do Arquivo Ultramarino, foi possível observar com detalhes como funcionava a circulação/mobilidade da mão de obra escrava, entender o motivo da transição de escravos indígenas para escravos africanos, outrossim analisar como o comércio escravo supriu a demanda de mão de obra nos engenhos, fazendas e outrossim o direcionamento desses trabalhadores escravizados para outras atividades nas metrópoles das grandes cidades brasileiras, como fator essencial para compreender a diferença da colonização da Amazônia relacionada com a colonização no restante do Brasil.

Referências

Alfaro Velázquez, R.O.: **La relación entre Sociología e Historia: la sociología histórica como alternativa, en Contribuciones a las Ciencias Sociales**, marzo 2009. www.eumed.net/rev/cccss/03/roav.htm

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

¹ Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, kassiaoliveira1999@gmail.com

² Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, davi_rosendo@live.com

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Trad. Pedro Sussekind.

Gurvitch, Georges. 2000. **Los fundadores de la sociología contemporánea.** Saint-Simon, Comte, Proudhon, Marx, Spencer. Barcelona: Hacer

GOMES, Flávio dos Santos. **Nas Terras do Cabos Norte: fronteiras, colonização, e escravidão na Guiana Brasileira** - séculos XVIII e XIX. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

LINS, Cristovão. **Amazônia: as raízes do atraso.** Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará, sob o regime da escravidão.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações [e] Univ. Federal do Pará, 1971.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; SANTOS GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras.

Projeto Resgate: **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**

[1] Cruz, Ernesto. *História do Pará.* (Belém: Governo do Estado do Pará. Coleção Amazônia, Série José Veríssimo, 1973), 1º Vol., p.79. (*Obs. Foi acrescentado ao texto da citação a conversão das unidades*).

[2] Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Projeto Resgate, Pará, 16 de maio de 1750, cx. 31, doc. 2976.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Cabo Norte, Escravidão, Espacialização, Figuração